

“Dize-me como te expressas e te direi que jornalismo fazes...”

Império do coloquialismo e pressa na produção de textos sacrificam a Língua Portuguesa nas mensagens jornalísticas

“Tell me How You Express Yourself and I Will Tell You What Kind of Journalism You do...”

The Empire of Colloquialism and the Increasing Hurry in the Production of Texts Sacrifices the Portuguese in Journalistic Messages

Maristela Fittipaldi¹

Resumo:

O artigo procura apontar e debater causas e consequências dos erros de Português que ocorrem nos textos jornalísticos veiculados nas mídias informativas, à luz de reflexões motivadas por tendências e práticas a cada dia mais comuns no jornalismo. Às já conhecidas deficiências na formação escolar e a um certo desprezo pelo uso correto do idioma, outras causas vêm se somar: a pressa cada vez maior com que as mensagens são produzidas, característica ainda mais presente nas mídias digitais, e o extremo coloquialismo de que os próprios veículos eletrônicos vêm lançando mão para conquistar e se aproximar mais do público. A mistura desses ingredientes vem se refletindo em um uso cada vez mais incorreto e desleixado da língua, dentro e fora dos meios de comunicação, e em desvios, vícios de linguagem e concessões linguísticas de toda ordem, que empobrecem o jornalismo e o próprio idioma.

Palavras-chave: Jornalismo, Língua Portuguesa, linguagem.

Abstract

The article tries to discuss causes and consequences of Portuguese mistakes that occur in journalistic texts in the media, based on reflections motivated by trends and practices more and more common in journalism. Besides deficiencies in school education and a certain contempt for the correct use of the language, there are other causes such as: the ever-increasing haste with which messages are being produced, a feature even more present in the digital media, and the extreme colloquialism that electronic media are adopting to approach and to conquer the public. The mixture of such ingredients has been reflected on an increasingly more incorrect use of the language, in and out of the media, and in deviations, language vices and linguistic concessions of all kinds, impoverishing journalism and the Portuguese language itself.

Keywords: Journalism, Portuguese language, language.

“Dize-me como te expressas e te direi que jornalismo fazes...”

¹Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Titular da Universidade Veiga de Almeida.
e-mail: maristela.fittipaldi25@gmail.com

Muito já se escreveu sobre erros de Português no jornalismo. E por mais que se aborde o tema, parece não ser o bastante para que tais deslizos deixem de ser cometidos por profissionais que se dedicam a uma atividade que, tendo como matéria-prima a informação, dispõe de uma única maneira de passá-la adiante: a Língua Portuguesa. A luta, sempre trabalhosa, por ensinar jornalistas a dominar bem seu instrumento de trabalho começa ainda nos bancos universitários, aos quais chegam muitos dos pretendentes a jornalista, quando não a maioria deles, com dificuldades de usar o idioma de forma correta. Essa tarefa tem-se tornado ainda mais árdua, porém, ante uma influência difícil de deter, não só das novas mídias digitais, mas também das chamadas “velhas” mídias. O que de mais perigoso tem ameaçado o jornalismo bem escrito é... o próprio jornalismo.

Não é difícil entender e perceber dita realidade. A pressa com que as mensagens devem ser apuradas, escritas e repassadas, historicamente, tem sido desculpa para falhas grosseiras de utilização da língua por jornalistas. São erros de concordância, pontuação, acentuação, ortografia, coerência, lógica textual... O que hoje ocorre é que a rapidez e a urgência cada vez mais exigidas, especialmente do *web jornalismo*, aliadas à imensa visibilidade das mensagens na rede, têm tornado tal deficiência

do domínio da língua ainda mais visível e dramática. Noblat, embora se referisse aos impressos em sua reflexão, critica esse desleixo com a correção tanto da apuração quanto do texto no jornalismo:

A pressa é culpada, nas redações, pelo aniquilamento de muitas verdades, pela quantidade vergonhosa de pequenos e grandes erros que borram as páginas dos jornais e pela superficialidade de textos que desestimulam a reflexão. Apurar bem exige tempo. E não existe mais razão de jornal ser feito às pressas (NOBLAT, 2008, p. 38).

Não dá para creditar apenas à pressa na digitação as transgressões à norma culta do idioma veiculado diariamente nas notícias e reportagens jornalísticas. Afinal, na maioria das vezes, programas de revisão de texto sublinham possíveis erros. Não que se possa confiar cegamente nos corretores ortográficos: há situações em que eles sublinham o correto e deixam de destacar o que está errado. Além disso, por mais que programas e aplicativos instalados nos computadores e celulares possam ajudar a detectar e eliminar alguns erros, também é verdade que não substituem a leitura cuidadosa e atenta, pois são incapazes de identificar alguns erros graves de ordem gramatical, de lógica, de construção de texto ou ainda a falta de relação entre os dados e informações em um texto. Isso, só mesmo o bom jornalista é

capaz de fazer.

Quando, porém, uma palavra é marcada em um texto pelo revisor ortográfico, vale a pena desconfiar e consultar a memória ou, no caso de esta falhar, o dicionário ou a gramática. O que não pode ocorrer é a pressa, nesse caso, ser inimiga da perfeição exigida por quem se habilita a trabalhar como jornalista. Não custa lembrar ainda que erros de digitação são facilmente identificáveis pelo público e, embora devam ser evitados, não são os principais desvios pelos quais o jornalismo costuma ser acusado, nem se confundem com falhas decorrentes do domínio deficiente do próprio idioma.

A urgência que, de fato, caracteriza o jornalismo – e com a qual o profissional precisa aprender a lidar sem prejuízo para a correção de seu texto – não é tampouco o único nem o pior empecilho para que a Língua Portuguesa seja tratada como merece nas redações jornalísticas. Aliada a ela e às já conhecidas deficiências na formação escolar, há uma tendência cada vez mais comum adotada, especialmente, pelo rádio e pela TV, que vêm prestando um desserviço ao bom português que o jornalismo deveria ter a obrigação de acalentar. Na tentativa de aproximar-se ainda mais de seu público, para vencer a concorrência dos novos meios digitais de divulgação das notícias, os meios eletrônicos vêm adotando uma linguagem

demasiadamente coloquial, repleta de vícios e desvios linguísticos típicos da linguagem oral, que abre caminho para concessões de toda ordem.

Não é segredo que, como destaca Lage (2001, p. 36-37), “a linguagem coloquial é espontânea, de raiz materna, reflete a realidade comunitária, regional, imediata”. E sua utilização nos textos jornalísticos é mais eficiente e coerente com o objetivo da mensagem informativa, que é ser compreendida pelo maior número possível de pessoas. A própria natureza impessoal da relação entre emissor (o jornalista) e receptor (o público), aliada à abrangência desse tipo de comunicação, impõe ao texto jornalístico uma lógica própria, emoldurada por regras que têm a intenção de permitir que a comunicação aconteça de forma rápida e fácil.

Isso não significa que o jornalista esteja autorizado a subverter normas gramaticais. Ao contrário, ao prezar pela valorização da Língua Portuguesa e pela correção dos textos que veicula, o jornalismo pode ajudar a elevar o nível de domínio linguístico das pessoas. Significa, sim, reconhecer que o discurso informativo está submetido a regras que acabam por criar uma identidade comum aos textos jornalísticos, por mais que varie o estilo pessoal de cada autor. Uma lógica que atravessa todos os meios de comunicação

e faz com que as matérias sejam construídas de maneira semelhante, no que diz respeito à consideração da norma, por profissionais diferentes. Tudo com a intenção de facilitar a comunicação.

Há, portanto, uma linguagem que obedece à lógica imposta a todo texto informativo. E, para a construção eficaz dessa mensagem, é preciso buscar palavras e expressões que se encontrem na interseção entre a linguagem formal (aquela da modalidade escrita e das situações formais e oficiais) e a linguagem coloquial (comum à modalidade falada e às conversas informais). Mas o próprio Lage (2001) enfatiza que o emprego da linguagem coloquial pelos veículos mais informais ou populares não legitima erros formais e desvios da norma culta.

O rádio, assim como a TV, tem características intrínsecas – instantaneidade, mobilidade, não exigência de alfabetização para compreensão das mensagens – que determinam peculiaridades na hora de construir textos. Mesmo a linguagem do rádio, porém, a mais próxima do coloquialismo e que costuma incorporar gírias e jargões, “deve obedecer a regras consagradas pelo bem falar”, como também destacam Sodré e Ferrari (1982).

Lage (2001) acrescenta ainda que a apresentação da notícia no rádio, do ponto de vista sintático, é menos complicada

que nos jornais. Marcado por elementos como a palavra, a música, os efeitos sonoros e o silêncio, o rádio existe para ser ouvido, o que determina que a linguagem radiofônica aposte na naturalidade da linguagem falada como chamariz para conquistar o público. Mas nem de longe isso significa que os noticiários jornalísticos radiofônicos ou televisivos devam ser construídos em linguajar gramaticalmente incorreto.

As características de uma boa linguagem falada são as mesmas do jornalismo em geral: clareza, concisão, estilo direto, frases curtas, português correto. É preciso, sim, ao elaborar textos de notícias e reportagens em mídias eletrônicas, levar em conta que o texto escrito deverá ser dito como se não estivesse sendo lido. Deve ser, portanto, o mais natural possível, sem muitos rodeios semânticos, uma lógica que também é aplicada ao texto na TV, principalmente nos momentos de interação com o público. Sodré e Ferrari (1982) acrescentam:

O discurso informativo, à custa de atingir o maior número possível de pessoas, não precisa, forçosamente, submeter-se à linguagem estereotipada, convencional, tolhida. Pretender um texto claro e objetivo não significa despi-lo de qualquer atrativo vocabular, nem limitar-lhe o número de palavras, em função de uma receptividade

maior. Porque comunicar é um pouco mais que informar e, se a informação consegue situar-se num bom nível de comunicabilidade, atinge mais profundamente o público a que se dirige (SODRÉ e FERRARI, 1982, p. 8).

Também livros de normas jornalísticas reiteram que o registro coloquial aproxima o leitor e que “o texto jornalístico deve ter estilo próximo da linguagem cotidiana, sem deixar de ser fiel à norma culta, evitando erros gramaticais, gíria, vulgaridade e deselegância” (Manual da Folha de São Paulo, 2006, p. 77). Não se quer tornar com isso o texto pedante ou rebuscado, mas também não se pode torná-lo incorreto ou descuidado.

Para prejuízo do jornalismo e do próprio ensino da língua, não é isso que vemos diariamente no rádio e na TV. Deslizes comuns à linguagem oral são compreensíveis – principalmente em momentos em que o repórter entra ao vivo no ar –, embora também devessem ser evitados, uma vez que um jornalista tem a obrigação profissional de estar preparado para fazer uso correto de seu idioma seja em que circunstância for. Mas não é disso que se trata. O que temos visto são escolhas linguísticas que privilegiam vícios e desvios linguísticos e que se vêm alastrando pelo jornalismo.

Nas mídias eletrônicas, o verbo estar, por exemplo, parece não existir mais. Nas bancadas dos telejornais ele até resiste, mas fora delas, quando os repórteres aparecem no vídeo, nas entradas ao vivo, um “novo verbo”, com evidente inspiração na linguagem informal, vem sendo disseminado por aí: o verbo “tar”. “O governo **tá** preparando um novo pacote”, “O delegado **tá** investigando o caso”, “A população **tá** assustada com a violência”.

E esse é apenas um entre os muitos exemplos de vícios e desvios de linguagem que o jornalismo e os jornalistas produzem diariamente, contrariando um compromisso previsto até mesmo no Código de Ética dos Jornalistas, que, em seu artigo Art. 12, inciso VIII, determina que “o jornalista deve preservar a língua e a cultura do Brasil, respeitando a diversidade e as identidades culturais”.

Ao contrário, o que se ouve e se vê são coloquialismos de toda sorte que, na língua falada, até poderiam ser aceitos, mas na linguagem escrita não. E menos ainda deveriam ser adotados e estimulados pelo jornalismo de forma geral. Se, como argumentam aqueles que têm pouco apreço pela língua bem escrita e bem falada, tais transgressões à norma culta não prejudicam a compreensão da informação como um todo, certamente, empobrecem nossa cultura e o próprio jornalismo.

“Dize-me como te expressas e te direi que jornalismo fazes...”

Pior ainda: a influência que essa tendência ao coloquialismo tem nos demais meios reflete-se na redação dos impressos e também na dos *web jornais*, nas quais tais práticas linguísticas tendem a ser reproduzidas. Mas, bem antes, tem efeitos danosos nas salas de aula das universidades. Muitos alunos de Jornalismo que cometem erros ou incorporam tais vícios de linguagem e desvios à norma culta em seus textos costumam argumentar, por exemplo, que usar “**pra**” (em lugar de “para”), “**ta**” (em vez de “está”) ou “**cê**” (quando a palavra é “você”) em textos veiculados nos meios impressos ou na internet é apenas uma variação que deve ser aceita no jornalismo como um todo, pois já se tornou comum nos meios eletrônicos e refletiria uma necessidade de adequação da linguagem ao público a que se destina a informação.

De fato, não é novidade que, no âmbito jornalístico, a linguagem eleita para passar uma informação se deva adequar a seu público-alvo. Afinal, um discurso centrado no receptor, como é o caso do jornalístico, tem como meta principal a comunicabilidade. Em outras palavras, precisa ser construído para atingir o maior número de pessoas, o mais rapidamente possível. E para conquistar este contato direto com o público, destaca Vicchiatti (2005, p. 39), o texto informativo deve-se ajustar

ao “estilo jornalístico”, que se propõe a transformar informação bruta em notícia compreensível, em informação útil e necessária.

Essa característica autoriza o veículo a fazer uso de registros linguísticos mais ou menos sofisticados ou populares, conquanto nenhum desses registros legitime o erro. Erbolato aborda o tema e, embora sua reflexão se refira ao jornalismo impresso, presta-se sem ressalvas a qualquer veículo informativo contemporâneo. Afinal, hoje, quando uma mensagem jornalística é produzida, seja para que mídia for, é reproduzida e replicada infinitamente pelas mídias digitais.

Os jornais se destinam à massa e, ao serem preparados, ignora-se a quem chegarão os seus exemplares, que tanto poderão ser lidos pelo Presidente da República, ministros, senadores, governadores, deputados, prefeitos, vereadores, embaixadores e cientistas quanto por pessoas humildes, das classes populares e apenas com o curso primário. A linguagem, portanto, deve ser correta e acessível a todos (ERBOLATO, 1991, p. 90).

Mas, afinal, diante desse cenário, como deve expressar-se o jornalista? Hoje e em qualquer tempo, de forma gramaticalmente correta. Um profissional que domina seu instrumento de trabalho, especialmente num cenário em que poucos desenvolvem dita habilidade, tem não só motivos de que orgulhar-se, mas coleciona

também um diferencial que certamente o tornará cobiçado por qualquer chefe, redação ou meio de comunicação.

É claro que, dependendo do veículo em que trabalha e do público ao qual seu trabalho se destina, um jornalista pode lançar mão de uma linguagem mais sofisticada ou mais popular, como já dissemos. Mas assim como linguagem mais elaborada não deve significar linguajar hermético ou pedante, linguagem mais coloquial tampouco deveria significar linguajar vulgar ou gramaticalmente incorreto, nem que o jornalismo estaria autorizado a reproduzir erros, vícios e desvios comuns à linguagem falada¹.

O bom texto jornalístico, ao contrário, poderia e deveria colaborar para elevar o nível de domínio linguístico das pessoas. Seja qual for a escolha da linguagem mais adequada para atingir o público-alvo de um veículo, ela deveria submeter-se a padrões de expressão corretos, que, embora busquem a melhor maneira de estabelecer contato, não poderiam admitir vícios ou erros gramaticais de qualquer natureza.

Quando o jornalismo revela descuido, intencional ou não, no manejo da língua, porém, o resultado é um perverso círculo vicioso, cuja lógica leva, primeiro para as escolas, depois para as universidades, crianças e jovens cada vez mais influenciados, desde

a alfabetização, pela linguagem apressada e descuidada dos *sites* e redes sociais, e pelo coloquialismo repleto de concessões à violação da norma culta reproduzido pelas mídias audiovisuais. Os jovens falam como ouvem, escrevem como falam, e expressam-se, na maior parte dos casos, de forma incorreta. Não sabem nem valorizam o domínio da língua e veem, diariamente, esses maus usos do Português reiterados por meios de comunicação que, deveriam, em tese, fazer exatamente o contrário.

Acontece que nas provas, nos concursos, nas seleções de estágio, nos momentos em que são avaliados pela vida afora, os alunos são cobrados pelo conhecimento da norma, não do desvio; pelo Português correto, não pela variação linguística aceita pela linguagem coloquial, mas rejeitada pela linguagem formal. Pior que isso: em um mundo em que as pessoas são socialmente hierarquizadas pela maneira como se expressam, quem não domina a língua culta, quem fala ou escreve errado, é invariavelmente classificado num patamar inferior, por mais que se possa discordar desse critério.

Philip Meyer (2007), importante estudioso sobre o jornalismo, destaca ainda o prejuízo que erros jornalísticos, sejam deles de apuração ou de grafia, causam à credibilidade de um veículo de comunicação. Bacocina (2005, p. 15) reforça:

“Dize-me como te expressas e te direi que jornalismo fazes...”

“O erro afeta a credibilidade de jornalistas e jornais desta área e é responsável, até mesmo, pela demissão de profissionais de imprensa”. Mas é mesmo Luiz Garcia, autor do “Manual de Redação e Estilo de O Globo”, quem melhor evidencia – de maneira ácida, mas, sem dúvida, pertinente – a importância do domínio do idioma não só para a qualidade dos textos jornalísticos, como também para a credibilidade de um veículo, única moeda de troca de um meio de comunicação.

O mau português frequentemente mutila a informação e torna difícil entendê-la; e sempre ofende o senso estético de quem lê. Para o jornalista, os erros mais graves estão nos capítulos do vocabulário (uso de palavras erradas, inadequadas ou inexpressivas) e de sintaxe (problemas de organização e relacionamento das palavras dentro da frase e do período). Mas todos os tropeços são desmoralizantes. Se um texto revela ignorância sobre algo tão simples como o uso da crase, o leitor tem direito a considerar o autor desleixado (porque não quis aprender) ou intelectualmente deficiente (porque não conseguiu aprender). Não se poderá acusar esse leitor de injusto se concluir que a notícia mal escrita é irmã da apuração claudicante. (...) Se a imprensa não tem a pretensão de ensinar o povo a falar e a escrever corretamente, tem pelo menos a obrigação de não deseducá-lo (GARCIA, 1992, p. 75 e 76).

Noblat reitera a afirmação de Garcia quando defende que respeitar a língua e saber expressar-se de forma eficiente e conforme a variedade padrão da língua são habilidades fundamentais para quem elegeu o jornalismo como profissão. “O mínimo, pois, que se espera de um jornalista ou de alguém portador de tal título é que saiba lidar com sua principal ferramenta de trabalho: o idioma” (Noblat, 2008, p. 78). Em seu livro, ele fala diretamente àqueles – principalmente novatos – que costumam menosprezar o domínio da língua na prática da profissão de jornalista.

Ninguém é obrigado a trabalhar em jornal ou em qualquer outro lugar que exija bom texto se não souber expressar-se em português. Sei que muitos de vocês não se deram conta da obrigação de escrever bem para quem vive de escrever. Ainda não é tarde. Se descobrirem, antes que alguém descubra por vocês, que lhes falta intimidade com as letras, aprendam rapidinho se puderem. Se não puderem, digam que vão ali, voltam já e não voltem (NOBLAT, 2008, p. 77).

Esta demanda pelo texto correto torna-se ainda mais dramática quando lembramos que, com o enxugamento das redações, a figura do redator, revisor ou copidesque – a quem cabia a tarefa de ler matérias para corrigir possíveis erros – tornou-se rara, especialmente no

jornalismo impresso e na *web*, e o repórter hoje acumula a função de revisar e editar seu próprio texto, ou seja, reler, corrigir, reescrever, titular, legendar e postar.

Além do aumento evidente de trabalho, isso acarreta também um acréscimo na responsabilidade e na qualificação exigida aos jornalistas. Mais do que nunca, o repórter precisa dominar bem o português e ter “texto final”, ou seja, redigir matérias que não necessitem de uma última revisão, pois essa tarefa será realizada por ele próprio. O problema é que há alunos nas faculdades de Jornalismo que não conseguem escrever corretamente uma única frase. E a universidade, sozinha, não dá conta de corrigir tantas falhas na formação escolar: missão dificultada, como já frisamos, pela própria mídia, que ajuda a disseminar, cotidianamente, seja por que motivo for, transgressões à norma culta da língua. Noblat concorda:

A redação não é o lugar adequado para aprender a escrever. Primeiro porque nela tudo é feito às pressas e ninguém tem muito tempo para ensinar o que quer que seja a outros. Segundo porque há gente na redação que também não sabe escrever. Se forem espertos e bons observadores, recém-formados admitidos em um jornal podem aprender as técnicas para redigir uma notícia, uma reportagem, um artigo. Mas já devem saber escrever bem. Bem, não. Muito bem (NOBLAT, 2008, p. 77).

Cotta (2005, p.140) também ressalta: “O trabalho de apurar, redigir e editar a matéria terá sido inútil se tudo não for exaustivamente revisado para evitar erros de texto e/ou de edição”. Lage (1985, p. 53) destaca: “Escrever certo é uma questão de orgulho profissional”. Garcia (1992, p. 72) acrescenta, invariavelmente, em tom bastante crítico:

O uso impróprio do idioma degrada o jornalista. Não sobram muitos motivos de orgulho profissional a quem, por ignorância ou desinteresse, maneja mal seu principal instrumento de trabalho. Há os que se recusam a qualquer esforço para superar as deficiências de formação escolar por julgarem que bastaria saber apurar com muita atenção e escrever com alguma graça; cuidar de acentos, regência e concordância seria atribuição de algum duende de plantão na memória do computador. A realidade é diferente. Nas redações informatizadas não há lugar – talvez fosse melhor dizer que não há tempo – para um copy que se preocupe prioritariamente com o léxico e a sintaxe; nem existe mais o revisor de antigamente. (...) Enfim, e como o tal duende não existe, é responsabilidade exclusiva do autor zelar pela integridade gramatical de seu texto (GARCIA, 1992, p. 72).

O que fazer, então, para quebrar o tal círculo vicioso que alimenta o fenômeno paulatino de degradação no uso da língua pelos meios de

comunicação, em especial pelos jovens candidatos a jornalistas? Além da óbvia necessidade de melhorar, e muito, a formação escolar de base – que, entre outras conhecidas deficiências, muitas vezes privilegia a interpretação textual em detrimento do ensino de ortografia e da gramática –, um passo fundamental pode ser voltar a prestigiar o uso correto do idioma pela própria mídia. Se o jornalismo ainda é um espelho, que reflete e no qual se refletem tendências sociais, culturais, históricas, linguísticas, pode – e talvez deva – começar por si um movimento que privilegie e estimule a correção e não o erro, a norma e não o desvio.

É claro que, para fazer bom jornalismo, não basta ao jornalista escrever de forma gramaticalmente correta – pré-requisito, certamente, para quem quer seguir esta profissão. É preciso também ter vocação para organizar palavras e ideias, dominar as técnicas da comunicação jornalística, compreender o modelo de uso da língua pelo jornalismo e, até mesmo, para revigorar ou modificar fórmulas desgastadas e repor brilho e vida nas palavras, permitindo que o discurso comunicativo acompanhe a evolução da língua. Mas sem o domínio do idioma, não

há renovação possível.

Se é fato que, pela própria natureza da atividade, não há jornalismo sem erro, também é certo que é possível fazer um jornalismo com menos erros, menos coloquialismo e menos concessões às supostas demandas do público. É um equívoco imaginar que quem entende um “**tá**” não compreenderia um “**está**”, por exemplo. Da mesma forma, é um engano pensar que a pressa justifica a imperfeição gramatical ou que o público não se importa com erros de Português cometidos por jornalistas.

Dominar o idioma não é apenas uma obrigação, mas também um pressuposto para quem quer ser um bom profissional da informação. Além disso, seja em que suporte jornalístico for, é cada vez mais necessário um profissional capaz de capturar a imensa gama de informações disponíveis no mundo, organizá-las de maneira competente, contextualizada, coerente, criativa e ética, e oferecê-las ao público com um conteúdo relevante, de forma prazerosa e, acima de tudo, correta. Em bom português, essa é a nossa tarefa

Recebido em: 22/09/2016

Aprovado em: 6/10/2016

Notas

(1) Esta não é a realidade dos veículos que poderíamos chamar de “superpopulares”, fenômeno sobre o qual não há consenso. No caso dos impressos, por exemplo, com preços baixos e linguagem no mesmo patamar, eles conquistaram para a mídia impressa um público que não lia jornal, mas têm conseguido isso à custa de sacrifícios na qualidade de apuração e de texto. Um assunto sobre o qual refletiremos em outro artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACOCINA, A. M. **Os erros de Português dos jornais**. Limeira: São Paulo, 2005. Disponível em [http:// www.iscafaculdades.com.br/nucom/artigo_39.htm](http://www.iscafaculdades.com.br/nucom/artigo_39.htm)
- CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS**. Vitória, 2007.
- COTTA, P. **Jornalismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2005.
- ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1991/2002.
- FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: Publifolha, 2006.
- GARCIA, L. (Org). **Manual de redação e estilo de O Globo**. São Paulo: Globo, 1992.
- LAGE, N. **Linguagem jornalística**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2001.
- MEYER, P. **Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2007.
- NOBLAT, R. **A arte de fazer um jornal diário**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. (Coleção Comunicação).
- SODRÉ, M. e FERRARI, M. H. **Técnica de Redação: o texto nos meios de informação**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1982. 3ª edição.
- VICCHIATTI, C. A. **Jornalismo, comunicação literatura e compromisso social**. São Paulo: Paulus, 2005.

“Dize-me como te expressas e te direi que jornalismo fazes...”